

Consulta nº 11.920/01

Assunto: Sugestões nos laudos dos exames radiológicos e anatomopatológicos.

Relator:

Conselheiro André Scatigno Neto.

Ementa: As sugestões, nos exames radiológicos e anatomopatológicos, poderão ser feitas, através do laudo, desde que estejam tecnicamente justificadas, ficando a indicação do exame sugerido a critério do médico assistente.

Os consulentes Dr. F.A.S. – Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia e Dr. J.Z.F.V. – Vice-presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, solicitam a revisão do parecer exarado nos autos da **Consulta nº 20.394/97**, para que seja possível a orientação e sugestão de procedimento diagnóstico complementar, através de laudo de exame subsidiário, deixando ao médico assistente o critério para esta solicitação.

PARECER

Primeiramente, vale ressaltar que conforme a Resolução CFM 813/77 os resultados das análises e pesquisas clínicas na área de Radiologia e Anatomia Patológica devem ser fornecidas sob a forma de laudos médicos firmados pelo médico responsável pela sua execução. Estes laudos devem conter uma parte expositiva e outra conclusiva. O laudo médico fornecido é de exclusiva competência e responsabilidade do médico responsável pela sua execução.

Cabe ao médico especialista em serviço de apoio diagnóstico emitir laudo do exame que realizou. Se o mesmo julgar ne-

cessária a complementação através da realização de outro exame para melhor esclarecimento da natureza da lesão, este poderá ser sugerido no laudo, **indicando as justificativas técnicas para esse novo procedimento diagnóstico, e deixando claro que o critério para sua solicitação será do médico assistente do paciente.**

O médico especialista deverá nortear sua indicação apoiado nos artigos 21 e 57 do Código de Ética Médica, que rezam:

É direito do médico:

Artigo 21 – Indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas reconhecidamente aceitas e respeitando as normas legais vigentes no País.

É vedado ao médico:

Artigo 57 – Deixar de utilizar todos os meios disponíveis de diagnóstico e tratamento a seu alcance em favor do paciente.

Porém, deverá tomar a devida cautela, de modo a não incorrer em infringência aos artigos 42 e 60, ambos do mesmo postulado ético, quais sejam:

É vedado ao médico:

Artigo 42 – Praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação do País.

Artigo 60 – Exagerar a gravidade do diagnóstico ou prognóstico, complicar a terapêutica, ou exceder-se no número de visitas, consultas ou quaisquer outros procedimentos médicos.

Ficam revogados os pareceres exarados nos autos da Consulta 22.775/94 e Consulta 20.394/97.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Conselheiro André Scatigno Neto

Consulta nº 019/2001-10-05

Solicitante: Dr. José Abel Alcanfor Ximenes, Dr. Isolque Pimentão Arantes
Cons. Parecerista:
Reginaldo Bento Rodrigues

Assunto: Sugestões nos laudos de exames radiológicos e anatomopatológicos

O Dr. José Abel Alcanfor Ximenes e o Dr. Isolque Pimentão Arantes pertencentes ao Conselho Técnico da Unimed-Goiânia, solicita o posicionamento deste Egrégio Conselho a respeito de posição firmada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), conforme Parecer Consulta aprovado sob o nº 20.394/97, "Sugestões nos Laudos dos Exames Radiológicos e Anatomopatológicos", em que foi relator o Conselheiro Moacyr Esteves Perche, com a seguinte ementa: "As sugestões nos exames radiológicos e anatomopatológicos, poderão ser feitas, diretamente ao médico assistente". Entretanto, nas conclusões de seu arrazoado afirma o seguinte: "não podendo constar por escrito no laudo".

É nosso entendimento que o médico em hipótese nenhuma pode sonegar seu conhecimento a outrem, pois em acontecendo tal fato, estaria ele agindo em detrimento de uma melhor assistência aos pacientes, como o próprio Conselheiro do CREMESP argumenta.

A nosso ver há contradição no arrazoado do nobre Conselheiro Paulista, pois ao limitar as sugestões e impedir que elas se-

Resolução CREMESC nº 038/98

ASSUNTO: LAUDOS DE EXAMES

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS

Revoga a Resolução CREMESC Nº 036, de 21 de maio de 1998, e regulamenta a emissão de laudos de exames e procedimentos complementares.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958; **CONSIDERANDO**, que a realização de exames ou procedimentos em pacientes encaminhados pelo médico assistente, são por vezes desnecessários ou excessivos; **CONSIDERANDO**, a indicação sistemática de novos exames complementares nos seus laudos, sem os devidos critérios técnico científicos; **CONSIDERANDO**, que estas indicações tem sido motivo de ansiedade por

parte dos pacientes e de dificuldades na relação médico-paciente; **CONSIDERANDO**, que a decisão de submeter-se à realização de procedimentos e exames complementares pertence ao paciente, após os esclarecimentos de seu médico assistente; **CONSIDERANDO**, o previsto nos artigos 21, 31, 42, 56, 59, 60, 79, 80, 81 e 82 do Código de Ética Médica e o Parecer CREMESC nº 349/96; **CONSIDERANDO**, o decidido na Sessão Plenária do dia 06 de agosto de 1998; **RESOLVE:** Art. 1º - Fica proibida a indicação padronizada e sistemática de sugestão de novos exames ou procedimentos nos laudos técnicos. Art. 2º - O médico especialista que realiza procedimentos ou exames complementares solicitados pelo médico assistente, deve limitar-se ao procedimento ou exame solicitado. **Parágrafo 1º** - O médico especialista quando entender a necessidade im- periosa de complementação do procedimento soli-

citado, deve fazer explicitamente no laudo a justificativa técnica. **Parágrafo 2º** - Nas situações de urgência e emergência, visando o benefício imediato do paciente, o médico especialista poderá promover a realização de procedimentos complementares, deixando explícito no Laudo a justificativa técnica. Art. 3º - O desrespeito à presente Resolução, constitui infração ao Artigo 45, do Código de Ética Médica. Art. 4º - Fica revogada a Resolução CREMESC Nº 036, de 21 de maio de 1998. Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Plenário Arthur Pereira e Oliveira Florianópolis, 06 de agosto de 1998.

Dr. Roberto Luiz d'Ávila, Presidente
Dr. Ricardo Fantazzini Russi, 1º Secretário

Aprovada em Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros realizada em 06 de agosto de 1998.